



***HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E INQUIETAÇÕES QUE TRANSFORMAM: O
EMPODERAMENTO FEMININO DE UM GRUPO DE MULHERES***

***HISTORIAS, MEMORIAS E INQUIETUDES QUE TRANSFORMAN: EL
EMPODERAMIENTO FEMENINO DE UN GRUPO DE MUJERES***

***STORIES, MEMORIES AND CONCERNS THAT TRANSFORM: THE FEMALE
EMPOWERMENT OF A GROUP OF WOMEN***

*Roberta Soares Cornely*¹

*Sandra Monteiro Lemos*²

RESUMO

Recorte de uma pesquisa ampla que tematiza as experiências de mulheres em uma comunidade periférica, numa cidade do interior do Rio Grande do Sul, essa pesquisa buscou compreender o modo como mulheres pertencentes a uma comunidade vulnerável significam suas identidades ao se tornarem lideranças comunitárias. O campo dos Estudos Culturais em articulação com as contribuições da sociologia, da antropologia, da pedagogia e demais campos afins formou a base do estudo. Metodologicamente, a pesquisa se pauta por um viés etnográfico, numa perspectiva crítico-dialética, fazendo uso de recursos, tais como: observação participante, diário de campo, rodas de conversa, filmagem, fotografias, entrevistas semiestruturadas e textos (memoriais) escritos pelas mulheres. Os achados da pesquisa apontam para as percepções em relação ao gênero, à (co)produção de versões da realidade vivida, às trocas significativas de saberes, às aprendizagens não-escolares e ao modo como são ressignificadas constantemente as identidades através da reconstrução das memórias.

PALAVRAS-CHAVE: Empoderamento feminino. Compartilhamento de saberes. Aprendizagem não-escolar.

RESUMEN

¹ Mestra em Educação (UERGS). Professora e coordenadora de projetos socioculturais na Secretaria Municipal da Cultura de Novo Hamburgo (SECULT/SMED/NH). Rio grande do Sul/Brasil.

² Doutora em Educação (UFRGS). Professora Adjunta na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Rio grande do Sul/Brasil.

Recorte de una investigación extensa que tematiza las experiencias de mujeres en una comunidad periférica, en una ciudad del interior de Rio Grande do Sul. Esta investigación buscó comprender cómo las mujeres pertenecientes a una comunidad vulnerable significan sus identidades al convertirse en líderes comunitarias. El campo de los Estudios Culturales, en articulación con las contribuciones de la sociología, la antropología, la pedagogía y otros campos afines, formó la base del estudio. Metodológicamente, la investigación se guía por un enfoque etnográfico, desde una perspectiva crítico-dialéctica, utilizando recursos como la observación participante, el diario de campo, las rondas de conversación, la filmación, las fotografías, las entrevistas semiestructuradas y textos (memoriales) escritos por las mujeres. Los hallazgos de la investigación señalan las percepciones en relación al género, a la (co)producción de versiones de la realidad vivida, a los intercambios significativos de conocimientos, a los aprendizajes no escolares y a la forma en que se resignifican constantemente las identidades a través de la reconstrucción de las memorias.

PALABRAS-CLAVE: Empoderamiento femenino. Compartir conocimientos. Aprendizaje no escolar.

ABSTRACT

An excerpt from a broad research that thematizes the experiences of women in a peripheral community, in a city in the interior of Rio Grande do Sul, this research sought to understand the way in which women belonging to a vulnerable community signify their identities when they become community leaders. The field of Cultural Studies in articulation with the contributions of sociology, anthropology, pedagogy and other related fields formed the basis of the study. Methodologically, the research is guided by an ethnographic bias, in a critical-dialectical perspective, making use of resources such as: participant observation, field diary, conversation circles, filming, photographs, semi-structured interviews and texts (memorials) written by the women. The findings of the research point to the perceptions in relation to gender, the (co)production of versions of the lived reality, the significant exchange of knowledge, non-school learning and the way they are identities are constantly re-signified through the reconstruction of memories.

KEYWORDS: Women's empowerment. Knowledge sharing. Out-of-school learning.

* * *

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada
ADICHE (2019, p. 32)

Das histórias, memórias e inquietações que nos movem

As histórias, os caminhos percorridos, as leituras realizadas, as vivências, as narrativas diversas, os encontros e desencontros, vem orientando o meu olhar, de modo

mais curioso e inquieto, para as mulheres e suas aprendizagens. Mulheres que, trocando saberes, vão se constituindo enquanto sujeitas nas vivências em grupo, ressignificando seus entendimentos, suas percepções e seus conceitos sobre tudo o que faz parte da vida, sendo capazes de resgatar suas memórias e perceber e significar suas identidades³, além de ter a possibilidade de mudar suas próprias histórias e mudar a história das próximas gerações. Esse é o mote principal dessa pesquisa e o que compôs a trajetória da chegada.

Neste percurso, olho para aquelas que, conforme escreveu a estudiosa feminista, pensadora contemporânea, ADICHE (2019), têm muitas histórias para contar e muitas histórias para “escrever”, a partir de suas vivências que desejam preservar ou reescrever, imprimir de uma forma diferente do que ouviram ou viveram até aquele presente momento, pois a vida é orgânica, é cíclica, é feita de tudo que nos move, nos inquieta, nos faz revolucionar pequenas e grandes coisas. Mulheres⁴ que, tendo a chance de construir um legado de força e empoderamento, transmitem suas experiências à outras meninas e mulheres, que convivem com elas, as quais fazem parte deste mundo e, muito provavelmente, farão as mudanças que elegerem necessárias para a ampliação e consolidação dos direitos das mulheres. Mas também, volto meu olhar para a comunidade em que elas vivem, com as constituições familiares atuais tão diversas, e o modo como elas têm de ensinar os meninos e os homens de sua convivência, as temáticas sobre respeito e inclusão, seja pela reflexão, seja pelas ações pautadas no empoderamento da mulher. Interesse-me por compreender o modo como mulheres pertencentes a uma comunidade vulnerável, significam suas identidades ao se tornarem lideranças comunitárias. Que força é essa que as mobiliza?

Meus olhos, meus ouvidos, minhas percepções e afetos, enfim, voltam-se para uma investigação que toma como sujeitos de pesquisa um determinado grupo de mulheres, que fazem parte de uma comunidade “invisível”. Comunidade essa que se constituiu de famílias em extrema vulnerabilidade social, que antes residiam em outros e diversos bairros periféricos da cidade de Novo Hamburgo, com suas moradias em situações de risco (desabamentos e alagamentos). Tais famílias chegaram ao local para

³ Quando falamos em identidades, levo em consideração o conceito amplo das diversidades que existem, quando se trata de mulheres, e o próprio processo de identificação e subjetivação, que vem se modificando, conforme as vivências que as sujeitas têm, tornando-se múltiplas, provisórias, variáveis e problemáticas numa concepção de sujeito pós-moderno, que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, conforme estudos de Stuart Hall (1987), que analisou as concepções de identidade.

⁴ Quando mencionamos mulheres no texto, cabe fazer o recorte de gênero com as especificidades das que compõem este grupo: mulheres cisgêneras, brancas, pardas e pretas, identificadas como heterossexuais.

ocupar as casas que foram construídas e financiadas pelo governo federal no ano de 2012, formando um loteamento popular, com a promessa de que haveria infraestrutura digna, com escolas de educação básica, posto de saúde, praça comunitária e espaços que lhes garantissem a dignidade de conviver em comunidade, capazes de garantir às pessoas daquela comunidade “nova”, os direitos básicos para o exercício da cidadania. E isso tudo, para quem vivia na extrema pobreza, exposto a riscos, que ameaçavam até mesmo a integridade física dessas famílias, por terem moradias construídas em locais insalubres e/ou invasões, era o melhor que poderiam ter em vista, ou até mesmo, o melhor que puderam vislumbrar durante a vida até ali, pois sequer imaginavam ter uma casa, uma moradia. Famílias cujas carências eram materializadas na falta de tudo, alimentação, acesso às escolas para as suas crianças, empregos, roupas, utensílios domésticos, pois, muitas famílias não tinham nem mesmo banheiro em casa, água ou luz.

Registro aqui que essa escrita trata de sentidos, trata de afetos. Um deles, o de uma pesquisadora que, tocada por experiências vividas, também se transforma, no caso aqui narrado. Quando me volto para esse grupo de mulheres residentes nessa comunidade periférica, sou instigada a uma reflexão profunda. Por que escolhi essa caminhada? O que me levou a essas observações e a escolha desse tema de pesquisa? Por que as minhas inquietações pessoais se misturam com o meu anseio de aprofundar a pesquisa, sobre a realidade daquelas mulheres, e transcrever os meus “achados”, tantas ações, tantos sentimentos transformados em escrita acadêmica?

Dessa forma, as minhas lutas, também passaram a ser dedicadas aos direitos humanos e, especialmente, às crianças, adolescentes e mulheres na sociedade. Mas há de se mencionar, no meu entendimento e nos meus sentimentos, que para além de mudanças no campo de trabalho, de aperfeiçoamento profissional, que de fato, foram de extrema importância, é preciso se olhar, de dentro para fora, como humana, como mulher, como pesquisadora curiosa e inacabada.

Quanto às experiências que o mestrado me propicia/propiciou, foram determinantes para que minha identidade fosse transformada. Senti-me, assim, diante de uma identidade que foi sendo descentrada, fragmentada, como menciona Stuart Hall (2006). Conforme o autor, nossa identidade é definida historicamente, e não biologicamente, seria algo como uma “celebração móvel”, identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2006, p. 12).

Nesse sentido é que também escolho me levantar, estudar e me especializar,

numa universidade pública. Escolho ser pesquisadora em organizações comunitárias como essas, de mulheres, especificamente. Escolho ser resistência, com livros na mão e me preparando para atuar mais efetivamente na (re)construção da nossa sociedade, da minha cidade, do meu bairro ou de qualquer outro lugar em que eu possa estar seja atuando como “provocadora”, ou articulando os movimentos sociais e culturais das mulheres. Talvez instigando os jovens a buscar na educação e na cultura, os seus direitos.

Assim, considerando as inquietações delineadas, essa pesquisa buscou problematizar as (re)construções identitárias, intermediada pelas relações estabelecidas por mulheres em uma comunidade. Para tanto pautou-se pelos seguintes objetivos específicos: compreender as relações que se estabelecem entre identidades e memórias individuais e coletivas das mulheres; investigar como acontecem essas vivências nas organizações comunitárias, dando ênfase para o modo como as mulheres se veem, tanto em sua singularidade quanto na convivência em grupo; refletir sobre as questões que envolvem o saber e o exercício da cidadania, com o recorte de gênero; evidenciar as práticas desenvolvidas nas áreas da educação, quando acontecem em outro lugar pedagógico que não a escola, tendo por base a articulação com o campo social e cultural; e por fim, compreender como as mulheres tornam-se lideranças comunitárias.

A seguir, apresento apontamentos que demonstram, de forma breve, o modo como a pesquisa se estruturou, sua metodologia, as principais bases teóricas conceituais, para na sequência, apresentar os “achados” dessa significativa caminhada.

Algumas das ferramentas que alicerçaram o caminho da pesquisa

A construção do referencial teórico que serviu de base para a elaboração dessa pesquisa se deu, sobretudo, a partir dos estudos desenvolvidos no campo dos Estudos Culturais, em articulação com as contribuições da sociologia, da antropologia, da pedagogia e campos afins, bem como estudos de gênero, cidadania e direitos das mulheres.

Observo que os Estudos Culturais não configuram uma disciplina, mas um campo em que diferentes disciplinas interagem, “visando o estudo de aspectos culturais da sociedade” (HALL et al., 1980, p. 7). Desse modo, diversas disciplinas se interseccionam para analisar os aspectos culturais da sociedade contemporânea, buscando mapear o centro de atenção desse campo, constituindo-se, assim, como um campo interdisciplinar.

Para tratar da questão da cultura é preciso, de início, saber que se está lidando com um termo esquivo, dado a muitas definições e repleto de ambiguidades. Tentei,

portanto, circunscrever essa expressão de modo a não a deixar demasiadamente ampla e vaga.

O termo cultura nos faz refletir, conforme refere Peter Burke (1989), sobre uma ampliação do conceito em tempos mais ou menos recentes. Escreve o historiador que até o século XVIII

o termo cultura tendia a referir-se à arte, literatura e música (...) hoje, contudo, seguindo o exemplo dos antropólogos, os historiadores e outros usam o termo "cultura" muito mais amplamente, para referir-se a quase tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante. (BURKE, 1989, p. 25)

Larrosa (2004) nos diz que a experiência é o que nos passa, ou o que nos acontece, ou o que nos toca. Não o que passa ou o que aconteceu. E deste ponto de vista, deixa explícito que cada indivíduo aprende ou ensina pelas experiências que vivencia, as sensações que sente e que pode definir, por si só, ou seja, o autor nos fala sobre as experiências que passam pelo corpo e pelos sentidos. Através das interações entre os indivíduos, do modo como constroem ou se aproximam da “sua cultura” e da cultura do outro, cada um que compõe o grupo, tem a possibilidade de propor aos demais que, de alguma maneira, possam perceber e compartilhar a cultura que cada um experiencia. Se essa interação acontece, a cultura se enriquece e se fortalece, seja através da educação no campo social, ou mesmo no convívio entre os indivíduos e dos compartilhamentos mediados na interação e nas trocas.

Foucault (2006) argumenta sobre “cultura” a partir de certas condições que estão ordenadas hierarquicamente por valores a que os indivíduos se submetem, sendo necessário conduzir tais valores, para que se atinja uma conformidade com os mesmos.

Como, de todo modo, não gostaria de empregar a palavra cultura em um sentido demasiadamente vago, diria que se pode falar de cultura, parece-me, sob certas condições. Primeiramente, quando dispomos de um conjunto de valores que têm entre si um mínimo de coordenação, de subordinação, de hierarquia. Pode-se falar de cultura quando atendida uma segunda condição, a saber, que estes valores sejam dados como sendo ao mesmo tempo universais, mas não acessíveis a qualquer um. Terceira condição para que se possa falar de cultura: a fim de que os indivíduos atinjam estes valores, são necessárias certas condutas, precisas e regradas. Mais que isto, são necessários esforços e sacrifícios. Afinal, é necessário mesmo poder consagrar a vida inteira a estes valores para ter acesso a eles. Por fim, a quarta condição para que se possa falar de cultura, é que o acesso a estes valores seja condicionado por procedimentos e técnicas mais ou menos regrados, que tenham sido elaborados, validados, transmitidos, ensinados, e estejam também

associados a todo um conjunto de noções, conceitos, teorias, etc., enfim, a todo um campo de saber. (FOUCAULT, 2006, p. 163)

A cultura é entendida, assim, como o conjunto de exercícios e de técnicas que os sujeitos se esforçaram para alcançar. Nesse conjunto, os valores éticos se ordenam hierarquicamente e são dispostos em uma conduta a ser seguida, que lhes foi transmitida, ensinada. Dessa forma, os sujeitos compreendem que se tem o domínio de si, que está governando a si e percebendo o que se passa e o que se pensa sobre si mesmo, visando a formação do sujeito coeso. Nesse sentido, considero muito importante conhecer e compreender alguns dos aspectos identitários de cada mulher que compõem o coletivo de mulheres, pois cada uma tem suas histórias e memórias a partir do que viveu, tendo experiências e vivências que as foram constituindo enquanto seres sociais/culturais. Cada uma se diferencia e se torna única, diante de tudo que as constitui, cotidianamente, enquanto sujeitas, contribuindo para formação diversa e rica de um grupo, colaborando com a comunidade em que vivem. Não que essas histórias e memórias sejam o limite para novas aprendizagens, já que as pessoas são sujeitas às ressignificações ou à construção de novas memórias o tempo todo. Tal fato só é possível, ao permitir-se viver e conviver com as diversidades culturais acompanhando as mudanças da sociedade. Entendo que seja desse modo que também, nós, vamos nos forjando como pessoas em constante transformação.

Dessa forma, analisei, especificamente, as manifestações culturais envolvendo esse grupo de mulheres, que participa de atividades coletivas, em um equipamento⁵ público municipal, gerenciado pela Secretaria Municipal da Cultura, no estado do Rio Grande do Sul, com um trabalho transversal intersetorial de outras secretarias e da sociedade civil organizada, no único espaço público do loteamento, durante as vivências e realização de atividades dirigidas por uma educadora social. Também analisei as (re)significações que elas têm oportunidade de vivenciar, com possibilidades para que se organizem entre elas, sendo protagonistas na escolha e indicação dos assuntos que desejam saber, aprender e compreender melhor, trazendo as memórias das vivências e aprendizados que tiveram em família para dentro do grupo de convívio, trocando experiências e significando suas próprias histórias, a partir das trocas possíveis.

Como procedimentos metodológicos foram adotados: o diário de campo, para os registros das observações, as fotografias, gravações em áudios e vídeos compuseram o material analisado, a fim de enriquecer os detalhes na busca pelas respostas que motivaram essa pesquisa.

⁵ *Equipamento público* é a nomenclatura utilizada na cidade onde acontece a pesquisa, para nominar espaço público

Sendo assim, para a aplicação e intervenção do estudo, ao considerar os tantos grupos, que se encontram semanalmente no espaço público municipal, foi escolhido o denominado *Mulheres Transformadoras*. Mas não foi simplesmente uma escolha aleatória, já que a intenção era investigar como as mulheres da comunidade se organizavam, construíram e construíram suas identidades e memórias, através de suas vivências. Interessava-me, igualmente, entender sobre o modo como essas mulheres exerciam suas cidadanias, seja através da educação social ou mesmo através da participação comunitária e, justamente, num espaço não escolar como aquele, pois embora não sendo uma escola, havia evidências das inúmeras aprendizagens que ali circulava, ou seja, aquele era um espaço que eu tinha o maior interesse em investigar.

Para além da escola, julgo importante salientar, que a educação nos espaços não escolares, como aqueles encontrados na comunidade investigada, complementa o aprendizado formal, oferecendo experiências práticas e interativas que podem enriquecer o conhecimento adquirido em sala de aula. Tais locais proporcionam um ambiente para explorar áreas específicas, como ciências, artes e cultura, oferecem oportunidades para ideias inovadoras, desenvolver habilidades criativas e estimular a curiosidade. Tais espaços desempenham um papel importante na promoção da inclusão social, possibilitando o acesso ao conhecimento e à cultura por parte de pessoas de diferentes origens e condições sociais.

A exemplo disso, temos os espaços de convivência na Praça CEU⁶. Espaço esse que tem um papel fundamental no desenvolvimento das mulheres, seja em relação a garantia de sua cidadania, complementando a educação formal ou mesmo proporcionando oportunidades de aprendizado significativo ao longo da vida. Desenvolvendo as habilidades necessárias para enfrentar os desafios do presente e possibilitando a construção de ferramentas para o empoderamento feminino.

O grupo que integrou o estudo foi composto por 15 mulheres da comunidade local, eram jovens, adultas e idosas. Algumas mulheres tinham diagnóstico de depressão, outras estavam sendo atendidas por diferentes demandas de saúde mental, fazendo uso de medicamentos contínuos e sendo acompanhadas por especialistas da Secretaria de Saúde, conforme informações da educadora social. Mas cabe salientar que muitas delas, tinham sido vítimas de violência por parte de algum familiar ou ainda viviam com companheiros em relacionamentos abusivos.

⁶ CEU significa Centro de Artes e Esportes Unificado e fez parte de um programa do governo federal brasileiro que visava promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social, através do desenvolvimento de programas, ações culturais e práticas esportivas, lazer e cultura.

A partir dos dados compilados, foram realizadas análises e interpretações com base na análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011). A análise de conteúdo é entendida como um conjunto de técnicas de

[...] análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2004, p. 41).

Trata-se, portanto, de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que objetivam analisar diferentes aportes de conteúdo sejam eles verbais ou não-verbais, por meio de uma sistematização de métodos empregados na análise de dados.

A técnica de pesquisa Análise de Conteúdo defendida por Laurence Bardin (2011) se estrutura em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Assim, a análise de conteúdo, em pesquisas qualitativas como essa, teve o objetivo de identificar o modo como as mulheres constroem novos entendimentos e percepções de si e de seus pares. Permitiu, igualmente, a compreensão dos modos próprios de organização coletiva que identificavam o grupo, tomando por base as narrativas das experiências vivenciadas.

Os encontros com as *mulheres transformadoras*

Conforme Perrot (2005, p.17), “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo”. A autora nos desafia a pensar sobre a trajetória das mulheres, trazendo pontos importantes para analisarmos, sobre a vida de todas nós, em diversos momentos da história, e as considerações nos fazem entender melhor sobre as questões da existência das mulheres na organização familiar e social.

Ao contatar com o grupo, após as primeiras conversas com a educadora social que me acompanhou em todas as ações da pesquisa, foi possível identificar tratar-se de um grupo com faixa etária ampla, de 15 a 80 anos. As conversas e entrevistas permitiram o registro de que algumas já haviam sofrido algum tipo de violência doméstica. A situação de extrema vulnerabilidade social, e dificuldades até mesmo para a alimentação,

era narrativa comum, entre elas. Cerca de 70% das mulheres do grupo não tiveram acesso à educação formal no tempo certo, tendo cursado até o 3º ano do Ensino Fundamental. Algumas das mulheres relataram “mal saber ler e escrever o próprio nome”.

Esse grupo se reúne uma vez por semana, no espaço público sociocultural, para vivenciar momentos de troca de experiências, contar suas histórias, ouvir as histórias dos seus pares e, pode-se dizer, nesse processo, ensinar e aprender sobre os mais variados assuntos e temas que as envolve naquele encontro. Mas há de ser mencionado que são vizinhas, que conversam e se encontram em outros grupos de convivência, que também acontecem no local de pesquisa citado ou no próprio ir e vir na sua comunidade. São protagonistas na escolha dos assuntos que mobilizam os encontros do grupo *Mulheres Transformadoras*, sendo possível, dessa forma, propor rodas de conversas potentes, dinâmicas, com reflexões e discussões abertas para o amplo debate sobre assuntos relevantes, que influenciam diretamente suas vidas e seus cotidianos.

O que vi naquele grupo, me fez pensar sobre as palavras de Suárez (2017, p.11), ao dizer que “as disposições humanas de narrar e narrar-se, de contar histórias da própria vida, de reinterpretá-la e reinterpretar-se como um texto aberto, polissêmico e plural [...]”, traduz os compartilhamentos que as mulheres experienciam ao conviver naquele grupo enquanto ser em permanente formação. Assim, na trajetória de subjetivar-se, o sujeito se decompõe e (re)compõe como o personagem principal de sua história, mediante uma narrativa atravessada por muitas outras, ecoando múltiplas vozes.

Igualmente, Larrosa (2004) propõe entendimento semelhante ao argumentar que:

[...] o sentido de quem somos, tanto para nós mesmos como para os outros, depende das histórias que contamos e que contamos a nós mesmos e, em particular, daquelas construções narrativas em que cada um de nós é, ao mesmo tempo, o autor, o narrador e o personagem principal, quer dizer, [depende] das autobiografias, autonarrações e histórias pessoais. (LARROSA, 2004, p. 12-13, tradução nossa)

Refletindo sobre os objetivos traçados nesta pesquisa, dei esse passo na direção de compreender como cada uma dessas mulheres são e/ou se enxergam, provocando também nelas esse desejo de *olhar para si*, de se reconhecer, de buscar seus entendimentos de/para si mesmas. Com base nas observações realizadas, percebo que cada pessoa pode se reconhecer pela convivência com outras pessoas, pela escolha do grupo que ela se identifica, se assemelha, buscando esse pertencimento para sua identidade cultural e tendo liberdade para buscar no outro, novas culturas nesse convívio

plural.

Durante o percurso da pesquisa, busquei aprofundar essas experiências e compartilhamentos culturais entre as mulheres do grupo escolhido, observando com atenção as construções das relações entre elas, a partir dessas possibilidades de vivências narradas, que enriqueciam o seu conviver, que ao falarem e serem ouvidas, iam fazendo costuras entre suas vidas e experiências, significando as intenções de estarem participando daquele grupo.

Nós, educadores, estamos inseridos nas escolas ou nos mais diversos espaços de aprendizagens, que não são somente as salas de aula, mas sim, todo e qualquer lugar onde ocorram compartilhamentos, diálogos, expressões, possibilidade de aprender e ensinar (HOOKS, 2017). Penso que somos responsáveis pela compreensão do multiculturalismo, das diversidades nas formas de aprendizagem e, mais que somente olhar, temos a condição e a responsabilidade de deixar que as pessoas, sejam elas crianças ou adultas, uma vez orientadas por nós, tenham a real experiência dessas trocas, que são potentes, que poderão lhes inspirar e impulsionar transformações, ressignificando os jeitos de ver e viver o/no mundo.

É de extrema relevância incentivar a sociedade a compreender e dar o devido valor ao acesso à educação, sendo ela formal ou não formal, tendo em vista que a diversidade cultural e social nas comunidades são o centro dos processos de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, todos os trabalhadores e agentes que atuam nas escolas e demais equipamentos públicos nos bairros e territórios são, de fato, responsáveis por incluir e potencializar essas comunidades, para que se reconheçam – se sintam pertencentes àquele território – como protagonistas na transformação da própria realidade e das pessoas com quem convivem.

É urgente e indispensável que tenhamos serviços públicos que dialoguem com as necessidades das pessoas do território. Nas escolas, por exemplo, os muros, quase sempre são altos e bem reforçados, revelando a (falta de) relação que a escola estabelece com o bairro, na localidade que está inserida. Entrar na escola significa, para muitas crianças, adolescentes e jovens, entrar num outro mundo, com tempos, lógicas e regras bastante diferentes do que estão acostumados a viver; com hierarquias, horários rígidos, proibições e limitações, como as que dizem não ao uso do celular e do boné. Que até suas artes como o grafite ou o Hip Hop, que são artes populares nas periferias, são censuradas.

Paradoxalmente, os muros também revelam uma forma de olhar para o território, já que eles servem para proteger os(as) estudantes dos perigos do bairro, da cidade, a qual

é vista como perigosa, ameaçadora, violenta. Um dos grandes méritos da instituição escolar, na visão de muitos pais/responsáveis, educadores e até dos(as) próprios(as) alunos, é tirar as crianças e adolescentes das ruas, principalmente se essa rua for de periferia. Dessa forma, as crianças e jovens das camadas mais populares, das classes pobres, começam a ver, na escola, a imagem de seu bairro ser identificada como um lugar perigoso, frequentado por bandidos, bêbados e drogados. Mais uma vez, é sob o olhar da falta, da carência e da violência que seus territórios são demarcados.

É possível romper esses muros? É possível abrir a escola para o local ao qual ela pertence? Essa tem sido uma grande luta dos movimentos sociais no Brasil. Abri-la para a vida, ocupar as ruas e praças, retomar a dinâmica comunitária de bairros, criar espaços públicos de convivência e socialização para todos, crianças, jovens, adultos e idosos: esses são alguns dos grandes desafios que precisamos enfrentar nesse processo.

O território, na perspectiva de Santos (2005), não é apenas natureza, pois pressupõe também o sentimento de pertença, de identidade. Não há como desvincular nossa história dos lugares em que vivemos, não há como arrancar de nossa identidade os espaços que nos formaram.

Sob tal perspectiva, a cidade, o campo e a floresta são vistos como espaços educativos de aprendizagem para seus sujeitos. Mas o que isso significa? Na perspectiva dos movimentos sociais, a cidade apresenta-se como texto a ser lido, como currículo:

A cidade é uma forma material da cultura; um complexo dispositivo cultural, de onde emergem mensagens, significações, onde são construídas e desconstruídas experiências, onde se alimentam os relatos, as narrações, onde se formam e se transformam as biografias. [...] Dizer então que a cidade é currículo é dizer que a cidade é produto mas também e mais fundamentalmente é processo, experiência, construção, projeto e possibilidade de subjetivação e produção de saber. (BONAFÉ, 2010, p. 1).

Se a cidade é currículo, a participação social passa a ser experiência educativa, carregada de aprendizagens. A circulação de crianças, jovens, adultos e idosos pelas ruas dos bairros, pelas praças da cidade, pelos rios e pelas florestas trazem olhares sobre esses espaços, que passam a ser muito mais cuidados, mais preservados, tanto pelos adultos, quanto pelo Poder Público. Por outro lado, a presença das pessoas também revela contradições, dificuldades e problemas da própria cidade que, muitas vezes, não consegue acolher seus cidadãos e suas cidadãs (LEITE, 2013).

No sentido de estabelecer uma relação importante com as comunidades, os bairros periféricos e de vulnerabilidade social são os locais escolhidos para que aconteçam os projetos socioculturais elaborados pela Secretaria da Cultura de Novo Hamburgo/RS. Para tanto, são organizados encontros com esses grupos comunitários, neste espaço público, que não é escolar, mas que proporciona um espaço favorável para trocas e aprendizagens a partir das sabedorias populares, chamadas de Roda de Conversa na Praça CEU. As rodas são organizadas para debates acerca das necessidades e desejos das famílias que vivem naquela localidade, pesquisando quais são as principais problemáticas, partindo-se do pressuposto que nenhum projeto sociocultural teria engajamento comunitário e participação se não tivesse a intencionalidade proposta pelos próprios moradores, já que eles são a roda viva da própria comunidade.

Figura 1 – foto da fachada da Praça CEU, Novo Hamburgo-RS



Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (2021)

A educação no campo social perpassa a construção de conhecimento, a transformação da realidade e a emancipação através da conscientização crítica dos fatos do cotidiano, das vivências comunitárias, da diversidade cultural das pessoas que formam aquele grupo, aquela comunidade. Nesse sentido, em todos os momentos e lugares, o ser humano ensina e aprende algo e que é possível reconhecer os processos de ensino-aprendizagem para além da educação formal, das escolas. Nessa perspectiva, podemos denominar a educação social como a pedagogia dos direitos, com a atenção voltada aos

fenômenos sociais, a fim de construir, de forma coletiva e dialogada, as respostas pedagógicas para os conflitos da vida humana em sociedade.

Considerando que educação formal e social se complementam, se interligam e podem ser potencializadas uma pela outra, até que em dado momento tenham seus processos semelhantes, tanto dentro das escolas, quanto os vivenciados fora dos muros delas, na própria comunidade, garantindo o pleno desenvolvimento dos indivíduos que fazem parte destes processos. Cabe evidenciar que é possível uma educação cidadã, que nasce no bojo de uma sociedade desigual, na qual, milhares de sujeitos estão distantes de seus direitos, mas que, por esse caminho, podem protagonizar as mudanças necessárias, a partir de seu empoderamento, com a efetiva compreensão dos seus direitos, usando suas vozes para mobilizar coletivamente respostas pedagógicas aos conflitos sociais.

Sentadas em roda, eu e o grupo de *Mulheres Transformadoras*, falamos sobre os direitos das mulheres, o que elas compreendiam sobre esse tema, sobre o feminismo e o machismo, sobre as dificuldades que as mulheres enfrentam no dia a dia. As mulheres que se sentiram à vontade, compartilharam suas experiências e vivências. Conversamos sobre falas e gestos machistas, que muitas vezes vivenciamos no cotidiano e não nos damos conta. Que as mudanças nesses comportamentos devem ser incentivadas e pontuadas pelas próprias mulheres, que não devem aceitar “coisas que a gente vivia antes, nos tempos que só os homens podiam falar e que queriam obrigar a gente a aceitar”, como falou a Tulipa⁷, 70 anos. Essa fala, motivou grande debate, elencando diversas situações vivenciadas por elas, algumas superadas e outras ainda não. Percebi que algumas somente escutavam atentamente e outras traziam seus relatos, para colaborar com as reflexões do momento.

Diante dos relatos trazidos, compreendi como foram criadas em suas famílias, as aprendizagens que tiveram de pais ou cuidadores que eram de outros tempos e isso significava vivências totalmente diferentes das que elas têm hoje em dia. Também das regras que a própria sociedade impunha. Na época em que eram meninas, falaram sobre o “comportamento ideal” que as mulheres deveriam ter, tal como a submissão e aceitação dos relacionamentos abusivos quando se casavam.

Figura 2: foto Roda de Conversa do Grupo *Mulheres Transformadoras*

⁷ Tulipa é um nome fictício dado para as mulheres participantes da pesquisa, com o intuito de preservar suas identidades. Todas receberam o nome de flores.



Fonte: acervo da pesquisadora (2022).

Analisando as falas das mulheres durante essa roda de conversa e a dinâmica que desacomodou cada uma delas, desafiando-as a refletirem sobre sua própria cidadania, percebi que se deram conta das conquistas que tiveram em suas vidas, as quais refletiam diretamente nos seus novos conceitos e significações de *ser mulher cidadã*. E essa percepção esteve presente em muitas falas, mas aqui destaco uma delas, da Jasmin, 42 anos,

[...] Que outras mulheres aqui do bairro precisavam ter coragem, achar tempo pra vir aqui, participar dos encontros. Acho que elas iam entender melhor o que estão vivendo em casa sabe? Porque se a gente tá vendo, que é vizinha, tá de fora vendo, elas também iam ver que não merecem viver aquele tipo de vida ali. Que tem esses grupos de mulheres para gente se fortalecer, aprender os direitos, conversar, “botar pra fora” as coisas ruins pra ter ajuda. A vida pra gente, que é mulher pobre e tem que dar conta de tudo na casa, com os filhos, é muito difícil... parece que ninguém vê a gente, tipo que somos invisíveis. Daí, pra gente ter força pra viver e pra ter direito de alguma coisa, tem que se unir com outras mulheres. (Jasmim, 42 anos)

Também cabe observar que são passos em direção à compreensão de si mesmas, das significações de suas vivências e de possibilidades para experienciar novos desafios a partir das conquistas coletivas, o que é muito significativo para elas. Quando pergunto para Amor-perfeito, 46 anos, sobre o direito das mulheres, ela expressa sua opinião, sem demora, sem mesmo pensar muito antes de responder, sobre o direito de ter voz e ser ouvida

[...] Um dos direitos das mulheres, na minha opinião, é ter tua fala, como se diz mesmo? Ter sua voz respeitada, sabe? Aqui no grupo, em casa,

D em qualquer lugar. A gente tem o direito de falar, de ser escutada. Mas isso é difícil, parece que temos que gritar, muitas vezes. Parece que estamos gritando mudas... as pessoas não escutam, pode até ser que nos enxerguem, mas escutar mesmo, isso é que é difícil, daí parece que tu nem existe. Mas eu sei que é nosso direito. (Amor perfeito, 46 anos)

Assim como Ribeiro (2021), ao abordar sobre a existência digna e o direito à voz, estamos falando de *lócus social*. A autora argumenta que pensar em lugar de fala é romper com o silêncio, instituído para quem é subalternizado. E na fala de Amor-perfeito [...] *mas isso é difícil, parece que temos que gritar, muitas vezes [...]*, podemos perceber o quanto, para ela, é difícil romper esse silêncio que muitas mulheres vivem, tanto na própria casa, quanto nos grupos de convivência.

Encaminhando o fechamento

Diante dos potentes encontros das mulheres, evidencio o protagonismo e as conquistas que elas têm na comunidade em que vivem. Elas são lideranças importantes, que se movimentam na direção dos feminismos, muitas vezes sem ao menos saber, explicitamente, o que os feminismos significam, literalmente. Isso ainda pode parecer difícil de compreenderem, pois foram criadas com valores duros e severos de outros tempos, mas o que importa mesmo, é que se empoderaram de tal forma que se tornaram capazes de modificar sua comunidade vislumbrando novos caminhos. Movimentam o espaço público, com muita coragem como mulheres livres (HOOKS, 2017). Esse espaço se torna o meio para que elas e demais grupos comunitários possam existir, possam fortalecer a participação comunitária, como um lugar com portas abertas para a educação social, reverberando as vozes das pessoas no sentido da cidadania, do pleno desenvolvimento e participação cidadã.

Ainda cabe mencionar, após observações direcionadas, a potência dos compartilhamentos possíveis em locais de aprendizagem não escolares. Foi possível reconhecer o espaço público como lugar importante de encontros, significações, trocas, com múltiplas possibilidades de ensinar e aprender, capaz de despertar nas outras o desejo de levantar-se, de ser voz, de compreender que são sujeitas em transformação, e que sempre irão aprender e ensinar, especialmente quando se tem tantas gerações

convivendo, tantas mulheres diferentes, com histórias a serem contadas.

Foi possível perceber, igualmente, a riqueza que existe na comunidade periférica, a inteligência e a sabedoria popular, que podem muito bem serem levadas para dentro das escolas, numa troca vigorosa de saberes, que certamente fará a escola ter outro sentido na vida dos estudantes e das pessoas que vivem ao seu redor. Talvez seja necessário abrir portas, janelas e derrubar muros para o livre acesso, de lá para cá e de cá para lá, numa significativa aproximação entre aprendizagem formal e não formal, onde estão escolas e sabedoria popular, onde está a comunidade. Esse compartilhamento, essas trocas de saberes, essas misturas podem fazer mais sentido para todas e todos.

Assim, chego ao final dessa caminhada que se propôs a abrir caminho a outras. A caminhada não termina aqui, além de ter atingido os objetivos traçados para essa pesquisa, somam-se os meus objetivos acadêmicos e pessoais enquanto militante feminista. Sendo essa pesquisa como algo orgânico e inacabado, sigo com compromisso, ainda maior, de fazer reverberar outras provocações para discussões e debates, tanto na academia quanto nos espaços não formais de educação. Seja a partir do olhar ainda mais atento relacionado ao tema elencado neste estudo, seja como forma de fazê-lo emergir com mais vigor, pois trata das vivências das mulheres na comunidade, seus lugares de fala e de existência, seus direitos e suas aprendizagens tão importantes e significativas, que possibilitam *o viver* de cada uma, sozinhas, misturadas ou todas juntas.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: CIA das Letras, 2019.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo, Edições 70, 2011.
- BONAFÉ, Jaume Matínez. La ciudad em el curriculum e el curriculum em la ciudad. In: GIMENO, J. (org.). *Saberes e incertidumbres sobre el curriculum*. Madrid: Editora Morata, 2010
- BURKE, Peter. 1989. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 385 p. [original: 1978].
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). *A questão política da educação popular*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a Transgredir, a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, 2017.

Revista
Diversidade
Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

LARROSA, Jorge. *Linguagem e educação depois de babel*. Tradução Cyntia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Educação Integral, territórios educativos e participação social: a cidade como currículo vivido. In: MORGADO, José Carlos; SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; PARAISO, Marlucy Alves. *Estudos Curriculares: um debate contemporâneo*. Curitiba: CRV, 2013.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2021.

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282 Disponible en:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

Recebido em setembro de 2023.

Aprovado em dezembro de 2023.